DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 8799/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/17241/2014
PROTOCOLO	: 1553398
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA/MS
ORDENADORA DE DESPESAS	: NILCEIA ALVES DE SOUZA
CARGO DA ORDENADORA	: PREFEITA MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 168/2014
EMPRESA CONTRATADA	: ELIZIER GERALDELLI - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 57/2014
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA.
VALOR INICIAL	: R$ 41.926,57
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMALIZAÇÃO E DO TEOR. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e do teor (2ª fase) e da execução financeira do Contrato Administrativo n. 168/2014 (3ª fase), celebrado entre o Município de Coronel Sapucaia/MS e a empresa Elizier Geraldelli - ME, constando como ordenadora de despesas a Sra. Nilcéia Alves de Souza, prefeita municipal à época.

O objeto do contrato é a aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha, no valor global de R$ 41.926,57 (quarenta e um mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Foi emitida a Deliberação AC02 – G.ODJ n. 212/2016, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 57/2014 (processo TC/MS n. 17237/2014).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 4857/2017, entendendo pela legalidade e regularidade da formalização e da execução financeira do contrato em tela.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 4ª PRC n. 12074/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93.

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor Inicial da Contratação: R$ 41.926,57;

- Valor Total Empenhado: R$ 22.144,35;

- Notas Fiscais: R$ 22.144,35;

- Comprovantes de Pagamento: R$ 22.144,35.

Os documentos obrigatórios foram encaminhados tempestivamente para esta colenda Corte de Contas, atendendo o prazo de 15 (quinze) dias úteis de que dispõe a Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da formalização e do teor do Contrato Administrativo n. 168/2014 (2ª fase), celebrado entre o Município de Coronel Sapucaia/MS e a empresa Elizier Geraldelli - ME, constando como ordenadora de despesas a Sra. Nilcéia Alves de Souza, prefeita municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade e regularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 168/2014 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, I da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 9 de agosto de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs